

OLIVEIRA, J. A. . Manaus: as contradições de uma cidade na (da) selva.  
In: Brasilmar Ferreira Nunes. (Org.). Sociologia de capitais brasileiras:  
participação e planejamento urbano. 1ed.Brasília: Liber Livro, 2006, v. ,  
p. 65-96.

# sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano

brasilmar ferreira nunes (org.)

ana clara torres ribeiro  
brasilmar ferreira nunes  
ilse scherer-warren  
josé aldemir de oliveira  
lúgia helena halin lüchmann  
maria da glória gohn  
paola berestein jacques



U.a.1c  
72  
ed  
1  
20.713

liber  
livro

sociologia de  
capitais brasileiras:  
participação  
e planejamento  
urbano

brasilmar ferreira nunes (org.)

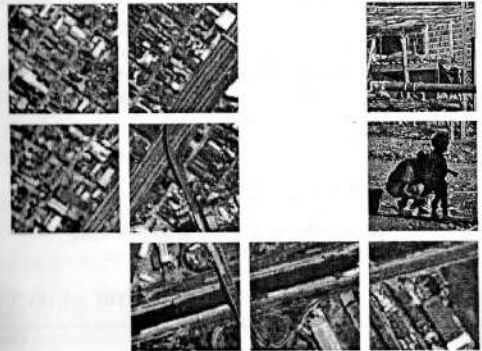
ana clara torres ribeiro  
brasilmar ferreira nunes  
ilse scherer-warren  
josé aldemir de oliveira  
ligia helena halin lüchmann  
maria da glória gohn  
paola berestein jacques

sociologia de  
capitais brasileiras:  
participação  
e planejamento  
urbano

# sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano

brasilmar ferreira nunes (org.)

ana clara torres ribeiro  
brasilmar ferreira nunes  
ilse scherer-warren  
josé aldemir de oliveira  
ligia helena halin lüchmann  
maria da glória gohn  
paola berestein jacques



Brasília, 2006

Copyright © 2006 Liber Livro Editora Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Revisão:  
*Jair Santana Moraes*

Normalização bibliográfica:  
*Regina Helena Azevedo de Mello*

Capa  
*Patrícia Melusso Garcia*

Diagramação  
*Marcus Polo R. Duarte*

Impressão e acabamento:  
LGE Editora/Brasília-DF

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia de capitais brasileiras : participação e planejamento urbano / Brasilmar Ferreira Nunes (Organizador) ; Ana Clara Torres Ribeiro [...] et al. – Brasília : Liber Livro Editora, 2006.  
204 p.

ISBN 85-98843-45-8

1. Sociologia. 2. Planejamento urbano.  
3. Brasil. I. Nunes, Brasilmar Ferreira.

CDU 301.185.2(81)

Impresso no Brasil

Liber Livro Editora Ltda.  
SCIA - Quadra 15, Conj. 5, Lote 18/Parte A  
Guará-DF - 71250-025 - Brasília-DF  
Fone/Fax: (61) 3363-8225  
editora@liberlivro.com.br  
www.liberlivro.com.br

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Presenças Recusadas: Territórios populares em Metrópoles Brasileiras</b> .....	11
<i>Ana Clara Torres Ribeiro</i>	
Obstáculos à classificação .....	13
Dois passos atrás .....	17
Sobre mediações e percursos .....	19
Do trabalho à ação e da ação aos movimentos .....	23
Rápidas conclusões .....	29
Referências bibliográficas .....	30
<b>O sentido urbano de ocupações espontâneas do território:</b> .....	35
<i>Brasilmar Ferreira Nunes</i>	
Uma Periferia de Brasília .....	35
Referências bibliográficas .....	62
<b>Manaus: As contradições de uma cidade na (da) selva</b> .....	65
<i>José Aldemir de Oliveira</i>	
A fortaleza da cidade .....	66
A cidade da borracha .....	70
A cidade da crise .....	75
A cidade da integração nacional .....	78
A cidade da Zona Franca de Manaus .....	79
A cidade das contradições .....	83
A cidade da esperança .....	90
Considerações finais .....	92
Referências bibliográficas .....	92

**Desenvolvimento urbano e organizações populares em Florianópolis ..... 97**

*Lígia Helena Hahn Lüchmann*

*Ilse Scherer-Warren*

Introdução ..... 97

1. Características do desenvolvimento urbano de Florianópolis ..... 99

2. Breve resgate histórico da organização popular de Florianópolis ..... 103

3. Organização popular e institucionalidade ..... 109

4. Redes de movimentos ..... 120

5. Referências bibliográficas ..... 125

**Associativismo em São Paulo:**

**Novas formas e participação no planejamento urbano da cidade ..... 129**

*Maria da Glória Gohn*

Introdução:

São Paulo – um retrato das metrópoles brasileiras e seus problemas ..... 129

São Paulo: Ah! Esta megalópole despedaçada... ..... 131

Associativismo em São Paulo no Século 21 – uma nova conjuntura ..... 138

Outros movimentos sociais em São Paulo ..... 155

O associativismo do terceiro setor ..... 161

A participação nas esferas públicas institucionalizadas:

conselhos gestores e outras formas ..... 164

Finalizando ..... 172

Referências bibliográficas ..... 174

**Learning from Favelas ..... 179**

*Paola Berestein Jacques*

Por um urbanismo do jeitinho? ..... 185

Desvio pela arte 1 (anos 1920): Pau-Brasil e Antropofagia ..... 187

Desvio pela arte 2 (anos 1960): Neoconcretismo e Tropicália ..... 191

Favelas como fonte de inspiração? ..... 196

Referências bibliográficas ..... 198

**Sobre os autores ..... 199**

## Apresentação

O mundo hoje é “urbano”, no sentido expresso por Lefebvre, segundo o qual haveria uma dinâmica que, na origem, nasce nas cidades e se espalha pelo conjunto do espaço, disseminando formas de ser e de estar. A teoria social já nos ensinava a inexorabilidade desse fenômeno, caso as forças do mercado se consolidassem de maneira hegemônica. Isso ocorreu sobretudo a partir da segunda metade do século 20 e ganhou ares de irreversibilidade com a lógica da globalização. Assim, tanto os tradicionais países ditos “desenvolvidos” como os emergentes, e mesmo os chamados “subdesenvolvidos”, nos cinco continentes do Planeta, vêm maciçamente consolidando um processo contínuo de fixação de suas populações em aglomerações chamadas cidades. Esse fenômeno planetário vem carregado de especificidades que advêm tanto de fatores econômicos como de fatores sociais, físicos e, sobretudo, culturais. Entre as cidades mundiais e as megalópoles presentes, sobretudo nos países do sul do Planeta, há uma gama enorme de experiências urbanas comprovando a heterogeneidade do fenômeno.

Entre nossos intelectuais, os estudos sociológicos urbanos estiveram durante algumas décadas condicionados predominantemente por abordagens que tinham no marxismo sua fonte teórica de inspiração. Esse condicionamento, de certa forma generalizável para diferentes áreas do conhecimento (geografia, antropologia, ciência política e mesmo arquitetura), inegavelmente fez avançar de maneira

sólida e consistente uma variedade de olhares sobre os fenômenos da urbanização e seus impactos intra-urbanos. Cabe ressaltar que a maioria dos trabalhos foi, pouco a pouco, se concentrando numa perspectiva analítica que via o urbano como “problema”. De fato, um processo acelerado de transferência de população do campo para as cidades e das cidades menores para as maiores gerou grandes déficits na oferta de bens coletivos e esteve na base do aparecimento de uma série de contestações à ordem vigente em nossas sociedades.

Hoje, apesar de ainda termos a marca do subdesenvolvimento explicitada nas periferias de nossas metrópoles, já se pode perceber que a realidade vem se transformando paulatinamente, talvez num ritmo menor do que seria desejável. Há também, contraditoriamente, a naturalização da pobreza, uma vez que o crescimento econômico vem sendo pouco diluído pelo conjunto de nossas populações, num cruel processo de concentração de riqueza gerado socialmente. Essa contradição, em nosso processo de modernização, se reflete na lógica da construção do pensamento social brasileiro e termina por encontrar limites estreitos para explicar ou compreender a lógica da formação de nossas cidades.

Entretanto, há uma questão teórica implícita na tentativa de entendermos nossos espaços urbanos, que decorre justamente da coexistência contraditória e complementar de formas típicas de um capitalismo avançado, ao lado de outras formas de produção e de modos de vida (pré-capitalistas ou não-capitalistas) sem correspondência imediata com o assalariamento e, assim, com a relação capital/trabalho. Dos elos estabelecidos entre esses segmentos ou prismas da realidade social dependem a compreensão da totalidade em movimento e a análise da evolução da formação social, sobretudo em nossas cidades. De fato, nossa condição periférica não permite que nos consideremos parte constitutiva daquilo que o capitalismo tem de positivo; temos de encarar o lado negativo do sistema, o que termina por nos trazer especificidades.

É essa condição que faz dos estudos urbanos no Brasil um campo particular, que detém uma autonomia relativa quanto aos centros emissores de paradigmas nas ciências sociais. Temos que dar explicações

de fenômenos postos pelas práticas sociais, que ressignificam o ambiente construído entre nós. A realidade objetiva impõe regras ou lógicas de construção dos vínculos sociais, e o espaço das cidades termina sendo um laboratório exemplar dessa dinâmica original, o que significa compreender a vida das pessoas comuns, da qual brotam dimensões de espacialidade quase sempre desconsideradas, pois estão transmutadas em coisas simples que freqüentemente estão por aí. Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que, além das formas de todos os tempos, há homens e mulheres para os quais a história e a geografia são feitas e não esperadas, ou seja, há outro jeito de fazer que precisa ser valorizado. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos.

Assim, nessa perspectiva, temos de considerar a enorme heterogeneidade dos modelos de práticas e de vínculos sociais presentes em nossas cidades, além, é claro, do fato de que as influências globais em nosso cotidiano colidem de forma diferenciada com contextos socioculturais também específicos. O cotidiano nas nossas cidades é, assim, um universo próprio ao lugar, independentemente das ferrenhas e constantes tentativas de homogeneizar o espaço e suas lógicas. O resultado é que temos práticas distintas de produzir cidades segundo condições físicas, culturais, econômicas e sociais, o que torna difícil generalizar o processo, mesmo se estamos todos sob a ótica do capitalismo global. Nesse sentido, é na capacidade de criar e reproduzir vínculos sociais que devemos procurar entender a lógica de nossa formação urbana naquilo que ela tem de particular.

Por outro lado, sabemos que o espaço social das nossas cidades incorpora, em seu cotidiano, histórias de relações e lutas entre sociedade civil e Estado ao longo das últimas décadas. A própria democratização política trouxe novas possibilidades, de forma que podemos considerar que, ultrapassando as camadas populares, temos hoje redes que se articulam com uma nova esfera pública, um espaço original de interlocução, debates, proposições e, em certas condições, e que atuam de maneira compartilhada com gestores públicos. Nesta coletânea



sólida e consistente uma variedade de olhares sobre os fenômenos da urbanização e seus impactos intra-urbanos. Cabe ressaltar que a maioria dos trabalhos foi, pouco a pouco, se concentrando numa perspectiva analítica que via o urbano como “problema”. De fato, um processo acelerado de transferência de população do campo para as cidades e das cidades menores para as maiores gerou grandes déficits na oferta de bens coletivos e esteve na base do aparecimento de uma série de contestações à ordem vigente em nossas sociedades.

Hoje, apesar de ainda termos a marca do subdesenvolvimento explicitada nas periferias de nossas metrópoles, já se pode perceber que a realidade vem se transformando paulatinamente, talvez num ritmo menor do que seria desejável. Há também, contraditoriamente, a naturalização da pobreza, uma vez que o crescimento econômico vem sendo pouco diluído pelo conjunto de nossas populações, num cruel processo de concentração de riqueza gerado socialmente. Essa contradição, em nosso processo de modernização, se reflete na lógica da construção do pensamento social brasileiro e termina por encontrar limites estreitos para explicar ou compreender a lógica da formação de nossas cidades.

Entretanto, há uma questão teórica implícita na tentativa de entendermos nossos espaços urbanos, que decorre justamente da coexistência contraditória e complementar de formas típicas de um capitalismo avançado, ao lado de outras formas de produção e de modos de vida (pré-capitalistas ou não-capitalistas) sem correspondência imediata com o assalariamento e, assim, com a relação capital/trabalho. Dos elos estabelecidos entre esses segmentos ou prismas da realidade social dependem a compreensão da totalidade em movimento e a análise da evolução da formação social, sobretudo em nossas cidades. De fato, nossa condição periférica não permite que nos consideremos parte constitutiva daquilo que o capitalismo tem de positivo; temos de encarar o lado negativo do sistema, o que termina por nos trazer especificidades.

É essa condição que faz dos estudos urbanos no Brasil um campo particular, que detém uma autonomia relativa quanto aos centros emissores de paradigmas nas ciências sociais. Temos que dar explicações

de fenômenos postos pelas práticas sociais, que ressignificam o ambiente construído entre nós. A realidade objetiva impõe regras ou lógicas de construção dos vínculos sociais, e o espaço das cidades termina sendo um laboratório exemplar dessa dinâmica original, o que significa compreender a vida das pessoas comuns, da qual brotam dimensões de espacialidade quase sempre desconsideradas, pois estão transmutadas em coisas simples que freqüentemente estão por aí. Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que, além das formas de todos os tempos, há homens e mulheres para os quais a história e a geografia são feitas e não esperadas, ou seja, há outro jeito de fazer que precisa ser valorizado. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos.

Assim, nessa perspectiva, temos de considerar a enorme heterogeneidade dos modelos de práticas e de vínculos sociais presentes em nossas cidades, além, é claro, do fato de que as influências globais em nosso cotidiano colidem de forma diferenciada com contextos socioculturais também específicos. O cotidiano nas nossas cidades é, assim, um universo próprio ao lugar, independentemente das ferrenhas e constantes tentativas de homogeneizar o espaço e suas lógicas. O resultado é que temos práticas distintas de produzir cidades segundo condições físicas, culturais, econômicas e sociais, o que torna difícil generalizar o processo, mesmo se estamos todos sob a ótica do capitalismo global. Nesse sentido, é na capacidade de criar e reproduzir vínculos sociais que devemos procurar entender a lógica de nossa formação urbana naquilo que ela tem de particular.

Por outro lado, sabemos que o espaço social das nossas cidades incorpora, em seu cotidiano, histórias de relações e lutas entre sociedade civil e Estado ao longo das últimas décadas. A própria democratização política trouxe novas possibilidades, de forma que podemos considerar que, ultrapassando as camadas populares, temos hoje redes que se articulam com uma nova esfera pública, um espaço original de interlocução, debates, proposições e, em certas condições, e que atuam de maneira compartilhada com gestores públicos. Nesta coletânea



podemos nos dar conta dessa dinâmica em diferentes contextos da realidade brasileira, demonstrando um elo comum entre os processos em cursos nas diferentes regiões.

A questão urbana relativa a ocupações informais brasileiras já não é mais, felizmente, relativa à remoção e à relocação dos habitantes para áreas longínquas das cidades. Hoje, o direito à urbanização é um direito adquirido e quase incontestável, ou seja, a questão não é mais simplesmente social e política, mas deve passar, obrigatoriamente, pela dimensão cultural e estética. Porém sempre houve, e continua a haver, o tabu em se tocar nas questões culturais e, principalmente, estéticas, das favelas, ou de áreas precarizadas, mesmo se sabendo que o samba e o carnaval (e outras festas populares e religiosas), ícones da cultura popular brasileira, se desenvolveram e possuem ligação direta com esses espaços, e que, ao mesmo tempo, ao longo da história, diversas favelas foram removidas por serem consideradas “antiestéticas”. Em contrapartida, vários artistas, tanto da própria favela quanto da dita cidade formal, ou até mesmo estrangeiros, foram influenciados e buscaram inspiração nessa “arquitetura” ou “urbanismo” das favelas.

Portanto, a edição desta coletânea, que recebeu o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é o resultado de uma inquietação teórica sobre a questão urbana e a(s) maneira(s) como ela se apresenta aos nossos olhos, em nosso cotidiano, em nossas atividades profissionais de pesquisadores. Temos em mão seis estudos de realidades urbanas brasileiras – Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Salvador –, que demonstram a variedade de formas e de conteúdos de nosso processo urbano, escritos por pesquisadores com tradição de estudos e de reflexão sobre suas cidades, os quais, certamente, nos ajudarão a compreender essa dimensão fundamental de nosso tecido social.

Brasilmar Ferreira Nunes

**Manaus:**  
**As contradições de uma cidade na (da) selva**

José Aldemir de Oliveira

Sim: existe uma cidade em nós.  
Uma cidade tão singular  
que se realiza apenas  
no plural: Manaos-Manaus

Este verso do poeta amazonense Aldísio Filgueiras traduz um pouco o significado da cidade de Manaus – cidade doce e dura em excesso –, cuja principal marca é a construção da paisagem urbana, ontem e hoje, no limiar da contradição e dos extremos. Situada no meio da selva, sua malha urbana não comporta um só parque florestal; localizada às margens de dois grandes rios amazônicos e drenada por inúmeros pequenos cursos d'água interiores, a cidade cresce de costa para os rios, aterra seus igarapés ou os deixa como veias abertas a drenar esgotos. A origem da cidade remonta ao processo de colonização portuguesa da Amazônia no século 17, cuja estratégia era a criação de fortes militares e de missões religiosas, mais tarde transformadas em povoações e, posteriormente, algumas delas elevadas à condição de vilas e cidades.

A localização da cidade de Manaus é altamente privilegiada, conforme apontaram vários viajantes que por aqui passaram nos séculos 18 e 19 (Marcoy, Spix e Martius, Avé-Lallemant, Bates, Agassiz), por situar-se numa posição equidistante entre a fronteira oriental marítima e a fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica, possibilitando, desde sua origem, conexão com diferentes localidades da Amazônia e conferindo à cidade a função de importante centro de circulação de mercadorias e de pessoas para o *hinterland* e da região para o restante do País e outras partes do mundo.

O presente texto analisa o processo influenciador da dinâmica urbana de Manaus, apontando que essa dinâmica está associada aos sucessivos eventos da história socioeconômica da região, tais como a fortificação utilizada para a estratégia de ocupação até meados do século 18 e a criação de vilas para a consolidação da conquista portuguesa. No início do século 19, com o nascimento da Amazônia brasileira, o povoamento recebe designação que oscila entre *povoado* e *vila*, até ser elevado à condição de cidade e se transformar em capital da Província. Finalmente, a partir da segunda metade do século 19, a economia da cidade é marcada por períodos de crescimento fortemente dependentes do mercado internacional, como o período da borracha e, nas últimas décadas do século 19, o da Zona Franca. Esses breves períodos de crescimento urbano são intercalados por outros de longa estagnação.

#### A fortaleza da cidade

A criação daquelas que viriam a ser as primeiras cidades da Amazônia, ou do que deu origem a elas, não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco diferente da criação do restante das outras cidades durante a colônia portuguesa. As primeiras tentativas de ocupação portuguesa no que é hoje o Estado do Amazonas ocorrem na segunda metade do século 17, quando dois missionários jesuítas entram em contato com os índios Tarumã, reunindo-os numa missão localizada possivelmente na foz do rio Tarumã, afluente do rio Negro.

A missão é abandonada em 1661, mas, durante o período em que ficou estabelecida, serviu especialmente como ponto de apoio para os descimentos de índios; 600 no primeiro ano e mais 700 um ano depois (Barros, apud Moreira Neto, p. 16).

Em 1669, é criada a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, a leste da antiga missão, na margem esquerda do rio Negro, próxima à junção com o rio Amazonas. A criação da Fortaleza revela a preocupação portuguesa com a conquista do território, sendo um ponto de apoio para a interiorização da região, até atingir, em meados do século 18, a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga, situada a cerca de três mil quilômetros a oeste da foz do rio Amazonas. A Fortaleza também serve de base para a exploração portuguesa do vale do rio Negro, ampliando no sentido norte seus domínios até a missão do rio Branco, a qual estava sob a responsabilidade dos missionários carmelitas. A Fortaleza da Barra, a Missão do rio Branco e mais o povoado Cabori no rio Negro constituem as únicas formas de povoamento português no *hinterland* amazônico no final do século 17 (Reis, 1989, p. 67-70; Menezes, 1985, p. 56).

Ao redor do Forte, vão se agrupando casas toscas, não havendo a preocupação em estabelecer o traçado das ruas. Ao contrário, as primeiras casas foram construídas às margens dos cursos d'água, acompanhando as curvas do terreno, não surgindo ruas num plano geométrico, não se revelando qualquer tendência organizativa, sendo, pois, mais uma obra da improvisação. O povoado que começa a surgir ao redor da Fortaleza parece não ser um produto mental, pois não apresenta nenhum rigor ou planejamento (Monteiro, 1971, p. 14). Pode-se afirmar que na fase inicial a construção do povoado ao redor do Forte foi realizada de modo desleixado, tomando emprestada a expressão de Sérgio Buarque de Holanda, ao comparar a construção das cidades espanholas com as portuguesas na América.

Na metade do século 18, durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), Portugal toma medidas que modificam o processo de colonização da Amazônia, sendo adotadas inúmeras providências,

entre as quais a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), a implantação do *Directorio dos Índios*,<sup>1</sup> a elevação de 46 aldeamentos à condição de vila e a implementação da nova divisão territorial da região, com a criação, em 1755, da Capitania de São José do Rio Negro, sendo escolhida como sede do poder a vila de Mariuá (atual Barcelos), no vale do rio Negro.

A localização dos povoados, vilas, fortes e missões demonstra, à primeira vista, a geoestratégia de Portugal em ocupar e conquistar a região. No caso da Amazônia Ocidental, a preocupação era especialmente com os espanhóis, em decorrência de não se ter estabelecido até metade do século 18 a fronteira dos domínios da Espanha e de Portugal. No final do século 18, Portugal já tinha consolidado seu domínio na Amazônia, garantindo a posse do território e praticamente estabelecido os limites fronteiriços ao norte e a oeste, existentes até hoje.

Um pouco antes, na segunda metade do século 18, vilas são criadas e, num curto período, ganham e perdem o ímpeto como *locus* de defesa, em decorrência da consolidação do Tratado de Madrid, ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, e do Tratado do Prado, em 1778, que fixam os limites da Amazônia Lusitana (Ribeiro, 2000, p. 31-34). Do mesmo modo, o acordo entre Portugal e Espanha faz com que alguns fortes percam importância. Em 1783, por exemplo, a Fortaleza de São José do Rio Negro é desativada, demonstrando que, com a consolidação do domínio português na Amazônia, algumas bases intermediárias perdem as funções de defesa (Ab'Saber, 1953, p. 25; Monteiro, 1971, p. 45).

Contudo, os dados citados revelam que a ocupação portuguesa da Amazônia nos séculos 17 e 18 não pode ser vista apenas como uma

<sup>1</sup> Documento equivalente às Constituições, cuja aplicação aos índios tinha, além do propósito evangelizador, o objetivo estratégico de defesa do território e de povoamento; apresentava também um plano de secularização no serviço da administração dos índios, o qual, entre outras medidas, visava à substituição dos missionários regulares por funcionários civis e militares (Almeida, 1997, p. 14).

questão política para estabelecer o domínio espacial de um vasto território. Embutida na estratégia de defesa, há uma dimensão econômica motivada pelo mercantilismo português, que coloca a Amazônia como alternativa para a reconstrução de seu "empório asiático", perdido para outras nações europeias. Mais que isso, a política de Portugal para a Amazônia no século 18 é parte de um processo de reorganização econômica e política do sistema colonial no contexto das transformações ocorridas na Europa (Silva, 1996, p. 46). Portanto, não é uma ação isolada.

No final do século 18, os povoados e vilas da Amazônia Ocidental estão dispersos no sentido linear, estendendo-se na direção leste/oeste desde a foz do rio Amazonas e penetrando cerca de 3 mil quilômetros até a vila de São Francisco Xavier de Tabatinga. A direção da penetração do povoamento contrasta com a pouca densidade da ocupação portuguesa no sentido norte/sul, que se limita à "ocupação" do vale do rio Negro, à vila de Borba e ao povoado São Francisco de Crato no rio Madeira.

Nas primeiras décadas do século 19, há mudanças importantes, refletidas na criação e/ou supressão de vilas, em decorrência da integração da região à Nação Brasileira. Em 1825, o Governo Imperial, mediante o Aviso nº 283, abole a Junta Governativa do Rio Negro e incorpora a Capitania de São José do Rio Negro à Província do Pará. Em 1833, para execução do Código do Processo Penal,<sup>2</sup> é criada a Comarca do Alto Amazonas, com quatro vilas, que servem de sede aos termos, entre as quais a vila da Barra do Rio Negro (Manaus).

Em meados do século 19, vários acontecimentos contribuem para a modificação da paisagem da região e determinam, em linhas gerais, o arcabouço do que é a malha urbana do Amazonas, tendo Manaus como cidade primaz. Entre os acontecimentos está a elevação

<sup>2</sup> Instrumento jurídico criado em 1832 que unifica a legislação. O Processo tem grande importância para a produção do espaço da Amazônia, pois determina a divisão das províncias em termos e comarca.

do Amazonas à categoria de província, em 1850, instalada dois anos depois, tomando por capital Manaus, cujo nome anterior foi Cidade da Barra do Rio Negro, e que havia sido elevada da condição de vila à de cidade, em 1848. Outros acontecimentos importantes são: a introdução da navegação a vapor, em 1853, e a exploração extensiva dos seringais, que culmina com o *boom* da borracha, dando nova feição à cidade.

#### A cidade da borracha

Nas últimas décadas do século 19, há a primeira expansão urbana, propiciada especialmente pela produção da borracha. Esse período pode ser caracterizado, do ponto de vista da morfologia da cidade, como o de expansão e criação de infra-estrutura e serviços urbanos, que se desenvolvem menos pelas condições geográficas que pelo impulso que adquiriram com o crescimento econômico determinado pela produção e pela exportação da borracha. Manaus fica, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional. Portanto, a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair, desconhecer, ou mesmo desvalorizar o fato de que há uma minoria interna que se beneficia com o processo de exploração do látex e com a expansão dos serviços urbanos.

O *boom* da borracha, que perdura até 1912 possibilita, com todas as contradições apontadas (Mesquita, 1997; Dias, 1999; Oliveira, 2003), que a cidade passe por um significativo processo de modernização, resultado dos efeitos imediatos da exploração e da exportação do látex como principal produto e que se completa numa economia voltada para a exportação de matérias-primas e de gêneros tropicais. Essa característica da economia da Amazônia está inserida na transição da economia brasileira do século 19 para o século 20, que se baseia na produção agrícola compartimentada e distribuída pelas várias regiões do Brasil. Como assinala Caio Prado Júnior, cada uma das Regiões passa a desenvolver a monocultura de maneira isolada e a produzir

quase que exclusivamente para exportação. O principal produto de exportação brasileira no período é o café, vindo a seguir a borracha, de acordo com o que se lê na tabela seguinte:

Tabela 1

Exportações brasileiras - 1905 a 1909 em milhões de libras esterlinas

Ano	Café	Borracha	Outros	Total
1905	21,4	14,4	8,8	44,6
1906	27,6	14,1	11,4	53,1
1907	28,6	13,2	12,4	54,2
1908	23,1	12,5	8,5	44,1
1909	33,5	18,9	11,3	63,7
Total	134,2	73,1	52,4	259,7

Fonte: Lourciro, 1986, p. 68.

A borracha representa, em média, 28% dos recursos de todas as exportações brasileiras no período. Em 1910, a produção da borracha atinge 38.177 toneladas e produz divisas da ordem de 24 milhões e 646 mil libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras (Prado Júnior, 1976, p. 239). No ano seguinte, a produção chega ao ponto mais alto, com 44.296 toneladas, sendo responsável por divisas da ordem de 25 milhões de libras esterlinas (Reis, 1997, p. 111). Considerando que nesse período grande parte da borracha produzida no Brasil provém da Amazônia, esse dado é tanto mais significativo quando se considera que a população da região em 1910 é estimada em 1.217.024 habitantes, o que representa aproximadamente 5,3% da população do Brasil.

A partir de 1911, ocorre o declínio da produção e dos preços, e quase somente a metade da produção de látex desse ano é atingida em 1920, com 23,8 toneladas cotadas a \$350 réis, quando em 1910 atingira 17\$800 réis. A queda dos preços decorre especialmente do fato de

que a borracha produzida nas colônias inglesas do sudeste asiático entra no mercado com grande produtividade e menores preços.

O aumento da produção da borracha e o crescimento da demanda externa ocorridos nas últimas décadas do século 19 e nas primeiras do século 20, de um lado, representam grande crescimento econômico; de outro, acentuam as características de uma sociedade conservadora, baseada exclusivamente na exportação de produtos naturais. Predomina, no período, a “lei da selva” e, como assinalamos no livro *Cidades na selva* (Oliveira, 2000), pode-se sustentar que a riqueza produzida na Amazônia, na época da borracha, provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros.

É esse processo com múltiplas contradições e conflitos que dá a dinâmica da produção do espaço urbano de Manaus, que à época da borracha é a cidade dos poderosos. É a “cidade do fausto” (Dias, 1999), do poder e da harmonia. É a cidade sem problemas, pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista, sendo considerada como uma

[...] cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de liós importadas de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem-cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica a partir de 1896, rede de esgotos em construção e bondes elétricos desde 1895, espantando até visitantes europeus do raiar do século, com suas alucinantes velocidades de 40 a 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta até os arrabaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras (Loureiro, 1986, p. 33).

A Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista, fruto da racionalidade que se

impõe a partir da abertura de ruas, da construção de pontes e do aterro de Igarapés. Um urbanismo cujo objetivo era a busca, por meio da técnica, de soluções para alguns dos problemas de uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais. Esse urbanismo racional, mas não necessariamente funcional, sempre se apresentou vazio de referências quando é articulado ao mundo sem fincar raízes no lugar, visto ser carente de memória. Essa Manaus, mais que uma cidade real, fazia parte do imaginário da elite ligada ao extrativismo.

O caríssimo *Hotel-Restaurant Française* da Eduardo Ribeiro n.º 35 era muito popular na classe mais abastada. Edifício sólido, de dois andares, havia sido construído no melhor estilo francês “rococó”, tão popular no Brasil no início do século. Ele oferecia uma comodidade nova, que só existia nos estabelecimentos comerciais mais prósperos, inovação tornada possível graças à Manaus Wright Company, que trazia testemunho da modernidade da cidade – a luz elétrica. Num tom de ‘a nossa cidade tem de tudo o que há de mais moderno’, o *Hotel-Restaurant Française* fazia alarde do fato de ser ‘iluminado à eletricidade’. Multidões superlotavam as mesas do salão de jantar e das calçadas ao som de uma pequena orquestra (Burns, 1966, p. 13).

A espacialização que se concretiza para uma minoria só é possível pela riqueza produzida pela borracha. Esta “Manaus do fausto” é a cidade genérica, em que o tempo cristaliza no espaço práticas exógenas que não permitem compreender a história da e na cidade. Essa cidade é, em alguns casos, a cidade legal, mas não é necessariamente a cidade real. As novas territorialidades que se produzem na cidade, nesse período, quase sempre são alheias ao lugar, visto que o poder, a produção e a riqueza são projetados para o mundo fora do espaço da Amazônia, enquanto a experiência, a vivência, a cultura e a história fincam raízes no lugar. Apesar de ser construída importante infraestrutura urbana de transporte, energia, saneamento, ou seja, as mais avançadas técnicas urbanísticas da época, e estas serem “vendidas”



como sinais de progresso e de crescimento, a maioria da população não tem acesso a elas e nem mesmo ao atendimento das necessidades básicas.

Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguem estabelecer as condições de produção e de reprodução da cidade, para o atendimento dos interesses hegemônicos. Na "Manaus do fausto", o espaço urbano aparece como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da selva. No entanto, jamais significa um espaço transformado para todos. Ao contrário, é privilégio a ser usufruído pela minoria. Os pobres da cidade não são considerados, a cidade é sempre apresentada como um largo cenário onde só a elite tem rosto e se destaca na paisagem.

Os pobres da cidade são ninguém; seus rostos queimados pelo sol e suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções, seus corpos impregnados do odor da borracha não contam na espacialização da cidade. Os pobres são os outros, e a cidade moderna não tem lugar para eles. A cidade está capturada pelo mercado, sendo seu espaço não apenas a mediação, mas e principalmente a descontinuidade do cotidiano programado, em que predomina o tempo contínuo da produção do lucro. A cidade do período da borracha é um simulacro.

Como os melhoramentos da infra-estrutura urbana quase sempre excluem as periferias, produzindo uma verdadeira alienação do morador pobre em relação à cidade que está sendo produzida, essa é uma das razões pelas quais a elite extrativista, até os anos 20, concebe e imagina Manaus como a "Paris dos Trópicos", o que, de resto, expressa um desejo não restrito a Manaus, mas que também faz parte do imaginário das elites de outras cidades brasileiras. Essa cidade das obras suntuosas ostenta a riqueza e a cultura de uma elite tão postiça quanto ela. A imitação dos estilos de fora, considerados "civilizados", só é possível numa sociedade marcada por um processo de colonização cuja principal característica é a destruição da natureza e da cultura local. Por isso, no período áureo da borracha, engendra-se uma cidade e uma sociedade sem estilo, porque o copia e, como tal, o perde, e o perde porque só o tem precariamente (Martins, 1992, p. 11).

### A cidade da crise

O apogeu e a crise da borracha confirmam mais uma vez o que já apontamos antes: que na Amazônia há longos períodos de crise para todos, com breves intervalos de prosperidade para poucos. Passado mais um período de breve euforia, pouco mais de duas décadas, a Amazônia, e principalmente o Amazonas, imerge numa nova crise, à espera de um novo impulso, preferencialmente externo, capaz de retirá-la do abismo que parece continuamente condená-la ao (des)envolvimento e à (des)integração. Aqui parece que "não precisamos criar mitos para saber que já estamos perdidos. Os mitos nos criam. Somos óbvios em tudo, até porque a tradição que nos deram nada tem de verdadeiro que deva ser salvo" (Tufic apud Márcio Souza, 1977, p. 185).

A crise da economia da borracha atinge especialmente Manaus ao iniciar a década de 20. A cidade harmoniosa entra em crise, embora mantenha a ostentação dos magníficos casarões superpondo-se à pobreza evidente da maioria sempre crescente. Então vem à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés e do outro lado do rio, emergindo os bairros Educandos, Curra, Plano Inclinado, Matinha, São Raimundo, Morro da Liberdade, onde os moradores buscam se constituir como novos sujeitos da produção do espaço urbano. Para esses sujeitos, a crise da cidade tem outra dimensão, pois não se enquadra nem nas determinações da elite extrativista nem nas do Estado.

Se no período áureo da borracha as vozes dos simples e os conflitos são abafados, mesmo assim a cidade não contém apenas as marcas das determinações do Estado e do capital, pois é portadora de especificidades que se originam em ações simples que atenuam os efeitos estruturais hegemônicos. Essas especificidades determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos novos sujeitos produtores da cidade com a elite extrativista e com as instituições do Estado.



Quando se retoma a história da e na cidade de Manaus nesse período considerado por vários autores como o da cidade em crise, verifica-se uma espacialidade que não se tornou vencedora, revelando o virtual que não se transformou em real, mas que se colocou num determinado momento como possibilidade de surgimento de outros modos de vida e de outras formas de organização da cidade, diferentes das que se tornaram dominantes. A resistência, que não é necessariamente uma ação política, constitui-se, do ponto de vista socioespacial, no inconformismo, concretizado em ações que não são capazes de mexer nas estruturas, mas produzem um modo de vida diferente do imposto pelas relações sociais de produção dominantes e, com isso, produzem a morfologia da cidade diferenciada. Este processo é contínuo, mas não-linear, no tempo e no espaço, refletindo múltiplas dimensões da vida no território, das quais ficam, embora tênues, resíduos na paisagem.

Isso ocorreu porque a cidade não continha apenas as marcas das determinações do Estado e do capital, pois o espaço era portador de especificidades que se originavam em ações simples que atenuavam os efeitos estruturais hegemônicos. Essas especificidades determinavam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos sujeitos produtores da cidade, que não eram mais a elite extrativista. Neste sentido, a espacialização que se foi produzindo corresponde também às reações coletivas e aos conflitos que passam pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários sujeitos sociais que constituem a resistência coletiva contra a tendência homogeneizante que até então se impõe a eles.

Um exemplo disso pode ser encontrado na morfologia da cidade, como já referido. Como a cidade se caracteriza do ponto de vista espacial por uma geomorfologia entrecortada de igarapés, estes se constituíram em locais não apenas para a realização de atividades como lavar roupa, apanhar água, pescar, mas também para a circulação e, principalmente, para a realização das festas e dos acontecimentos, significando feixes de possibilidades que ensejavam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos

populares, em parte porque esses espaços escapavam ao controle das estruturas de poder, visto que os igarapés não necessariamente faziam parte do lazer da elite.

Portanto, a crise da cidade ou a cidade em crise que caracteriza Manaus a partir da decadência da economia da borracha tem dimensões diversas para segmentos diferenciados da população, pois da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o conjunto de seus moradores. Essa contradição resulta do fato de que a produção do espaço urbano está afeita também ao lugar e às suas especificidades, possuindo a dimensão do cotidiano.

De qualquer modo, a crise da borracha atinge as finanças públicas e a circulação de mercadorias ligada à rede de exploração do látex, a qual se atrelava fortemente à estrutura de poder baseada numa sociedade extrativista. Não se buscaram alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais, que tentavam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com o bloqueio dos seringais asiáticos, ocorre novo impulso à Amazônia, que provocou certa euforia pela possibilidade de retomada do *boom* da borracha, especialmente para a cidade de Manaus. A operação, denominada de "Batalha da Borracha", que atendia ao esforço de guerra dos Estados Unidos, torna-se, entretanto, efêmera e passageira e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica e o esperado progresso novamente não chegou.

Esta talvez seja a principal característica da temporalidade e da espacialidade da Amazônia, aí incluída Manaus: a espera. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, é sempre inacabado, é o nunca chegar ao ponto transitório. Aqui se está sempre à espera das migalhas que nos são postas pelos de fora, e isso decorre do fato de o espaço-tempo da Amazônia se caracterizar pelo atraso, por um processo que não se conclui, por ações que não chegam ao

fim. "Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer" (Martins, 1994, p. 11). Na Amazônia, na visão das elites, a história não deve ser feita, deve ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha se enquadra nessa perspectiva, pois três décadas de crise não têm contribuído em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. É mais fácil esperar.

#### **A cidade da integração nacional**

A política de integração da Amazônia iniciada nos anos 50 e tornada mais agressiva a partir dos anos 60 determinou a produção de diferentes formas espaciais para servir de base ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se chocou com as relações de produção até então existentes, e transformaram a Amazônia de região-problema em vazio demográfico, o que significa passar da decadência à ascensão, com projetos de "desenvolvimento regional" cuja base era a "ocupação" da região para integrá-la ao restante do Brasil. Essas políticas atingem o Amazonas em meados da década de 60, com a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial de Manaus, que modificaram significativamente a paisagem urbana.

Como em todo o processo de produção da Amazônia enquanto região subalterna, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial são fatores determinados a partir de interesses exógenos. A criação de uma área de livre comércio e de um pólo industrial fazia parte de um projeto de desenvolvimento regional com determinações geopolíticas e de crescimento econômico. Por meio desse projeto, Manaus aparece como a base logística, que significa ao mesmo tempo:

[...] uma vigorosa presença brasileira no meio do enorme espaço subpovoado do país; uma base ou ponto de apoio para a expansão colonizadora, que se estava tornando imperiosa; um amplo mercado consumidor acessível, capaz de induzir o povoamento territorial e o desenvolvimento agrícola (Melo; Moura, 1990, p. 40).

A estratégia do Estado estava baseada na doutrina da segurança nacional, em princípios geopolíticos e na ideologia de integração da região aos centros hegemônicos. Isso visava atingir dois objetivos: internamente, estabelecer um fluxo migratório controlado, aliviando as tensões sociais de outras regiões do País; externamente, além da preocupação com as fronteiras setentrionais, havia questões econômicas como a exploração de riquezas minerais e a criação de mercado para escoamento de bens de produção dos centros industriais para a Região (Ianni, 1979; Becker, 1990; Martins, 1990; Hébette, 1985).

Inicialmente tal abordagem considerava a Amazônia como fronteira de recursos definida como zona de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. A fronteira de recursos estava baseada na ideologia do vazio demográfico e se constituiu na estratégia institucional preconizada nos diversos Planos Nacionais de Desenvolvimento e referenciada nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, instituídos a partir de 1964, visando ao avanço de grandes projetos públicos e privados. No caso específico de Manaus, foi criada uma zona de livre-comércio e implantado um pólo industrial – a Zona Franca de Manaus. As justificativas para a implantação da Zona Franca de Manaus estavam baseadas no projeto geopolítico e de desenvolvimento. O primeiro, destinado a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, e o segundo destinado a abrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capital.

#### **A cidade da Zona Franca de Manaus**

A cidade de Manaus estava estagnada desde o início do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações ocasionadas a partir da criação da Zona Franca de Manaus. As mudanças não atingiram apenas a paisagem da cidade, mas, e principalmente, o modo de vida das pessoas, que estava baseado no extrativismo, na coleta de borracha, castanha, sova, balata e tantos outros produtos, e que passa

a ser influenciado por uma nova forma de produção baseada nas fábricas do Distrito Industrial.

A Zona Franca de Manaus se constitui num pólo de isenção fiscal criado em 1967 no centro geográfico da Amazônia. Inicialmente sua área estava restrita à cidade de Manaus, sendo continuamente ampliada para toda a Amazônia Ocidental, compreendendo os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre e correspondendo a, aproximadamente, 25% do território nacional. No caso de Manaus, além do livre comércio, foi instalado em 1970 o Distrito Industrial, baseado na montagem de componentes. A partir de 1976, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão do governo federal responsável pela administração e pelo planejamento da Zona Franca, estabeleceu índices de nacionalização que tinham como objetivo, no discurso oficial, evitar investimentos transitórios e a instalação de indústrias exclusivamente montadoras. Tal objetivo, além de nunca ter sido atingido na prática, na verdade contribuiu para estabelecer superposição de incentivos fiscais. Por isso, foi totalmente descartado em 1990, com a fixação do processo produtivo básico instituído pela Lei nº 8.397/91, que isenta as empresas de qualquer índice de nacionalização em seus produtos.

A implantação da Zona Franca de Manaus só se tornou possível num governo autoritário, porque fazia parte da estratégia de rearticulação do sistema capitalista, o que exigia a intervenção do poder público, criando as condições necessárias para a instalação das empresas, concedendo-lhes a isenção de impostos, construindo a infraestrutura e criando facilidades para a remessa de lucros. Renan Freitas Pinto, citando documento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), elenca as recomendações do órgão para a instalação das Zonas Francas:

Diminuição dos custos de transporte das matérias-primas; redução dos custos salariais; disponibilidade de uma abundante força de trabalho; diminuição dos custos de investimentos iniciais e, em consequência, do percentual de capital imobilizado, devido aos

estímulos fiscais e materiais, aos serviços e outras regulamentações de vantagem na zona.

Além disso, o documento recomenda:

Isenção total de taxas e impostos por um período determinado de tempo, tanto para a maquinaria e instalações produtivas como para as matérias-primas necessárias à produção; liberdade de câmbio e garantia de *status* idêntico para o futuro, assim como livre repatriação de benefícios até determinado coeficiente; facilidades financeiras tais como a concessão de créditos a curto, médio e longo prazos, em condições vantajosas, quando forem necessárias para a construção de indústrias, incluindo a construção de edifícios não destinados à produção; tarifas especiais para serviços e transportes; criação de órgão administrativo central e autônomo situado dentro da própria zona, que assuma a obrigação e a responsabilidade da organização e administração da mesma, reduzindo ao mínimo a burocracia (Documento Onudi, apud Pinto, 1986, p. 26-27).

Esse documento fundamentou a estruturação da Zona Franca de Manaus e determinou a sucessiva modificação de sua base legal nas décadas seguintes, até que a Constituição de 1988 perenizou-a por 25 anos. Em 2003, sua validade é ampliada até 2023.

Conforme se verifica, tais determinações não são locais, mas se concretizam no local. Tendo em vista que as mudanças ocorridas na economia mundial no período só aumentam, cabe ao poder local atendê-las por meio de políticas que garantam benefícios às empresas e pela ocultação de problemas decorrentes da instalação destas (impacto ambiental, saturação dos serviços).

Quais foram as implicações espaciais da instalação da Zona Franca de Manaus? Implicou a centralização das atividades econômicas do Estado do Amazonas na Capital, onde mora atualmente quase a metade da população e concentram-se 98% das atividades econômicas.

Essa concentração de atividades tem apresentado como consequência a ampliação da malha urbana, determinando o surgimento de contradições extremas. São

[...] os signos da modernidade inscritos no espaço como marcas de um movimento acelerado de coisas, de pessoas, de dinheiro, de decisões, de desejos, de imagens que são cristalizações de um modo de viver, de um modo de ser metropolitano, na periferia do terceiro mundo (Seabra, 1990).

Busca-se a hegemonia visando redimensionar os equipamentos coletivos, que poderão não se constituir numa resposta adequada às demandas das populações urbanas mais pobres. Os problemas decorrentes dessas políticas urbanas não se restringem ao poder local, mas têm que ser ampliados para incluir o conteúdo do nacional e do global. A instalação de empresas no Distrito Industrial ocorreu a partir da concessão de uma série de favores públicos, que significou ao longo do tempo a transferência de recursos públicos para o setor privado, mediante os seguintes benefícios:

#### *Tributos federais:*

- Redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização;
- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Redução de 75% do imposto sobre adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro até 2013; e
- Isenção da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

#### *Tributos estaduais:*

- Restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto –, do Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

#### *Tributos municipais:*

- Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença.

#### *Vantagens locacionais:*

- No parque industrial de Manaus, o investidor tem à disposição terreno a preço simbólico, com infra-estrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial. (Suframa, 2006).

E quais as contradições do ponto de vista da produção do espaço urbano? Os benefícios concedidos às empresas, se, de um lado, podem ser considerados necessários pelas determinações da mundialização da economia globalizada, de outro, geram demandas por equipamentos urbanos de consumo coletivo que não podem ser atendidas, ou seja, cria-se um ciclo de crescimento econômico compatível com o crescimento da pobreza, como mostraremos no item a seguir.

### **A cidade das contradições**

O Distrito Industrial atingiu seu ponto culminante em 1989, com 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. No mesmo ano, a mão-de-obra ocupada no setor industrial representava 127.804 empregos diretos na cidade de Manaus, sendo 74.818 no Distrito Industrial. O total de empregos diretos no setor industrial na área da Suframa era de 137.113 (Suframa, 1989).

A partir de 1990, acentuou-se a crise da economia brasileira, que vinha se arrastando desde 1983 em decorrência do arrocho salarial e de uma abertura ao mercado externo. Tais fatores explicitaram que um modelo de desenvolvimento como o proposto pela Zona Franca de Manaus só é viável em condições altamente privilegiadas, ou seja, com investimentos públicos, isenção fiscal e economia aquecida.

A crise econômica determinou a ociosidade das empresas do Distrito Industrial, atingindo 80% em média no final de 1991, com paralisação total de alguns setores. A crise continuou a se agravar e, no primeiro trimestre de 1992, atingiu 40% do setor de material plástico, 80% do setor de material elétrico, eletrônico e de comunicações e 50% do setor relojociro. Em março daquele ano, o desemprego em Manaus atingiu no setor industrial 78,17%. Dois meses depois, o nível de empregos diretos no setor industrial era de 20 mil, representando uma redução, se comparado a dezembro de 1989, de 84,56%.

Com a implantação do Plano Real em 1994, ocorreu nova dinamização no que concerne à produção e ao faturamento do Distrito Industrial; entretanto isso não significou a recuperação do nível de emprego de 1989. A tabela seguinte mostra 97,18% das empresas industriais localizadas em Manaus, e por ela se pode aferir o nível de empregos em dezembro de 1995.

Tabela 2

Indústrias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus		
Discriminação	Quantidade	%I
Empresas	300	97,18
Empregos	48.228	95,56
Faturamento	10.781.256,016	82,58

Fonte: Suframa, 1995.

Na segunda metade da década de 90, continuou a recuperação econômica e ocorreu também a recuperação do nível de emprego, que continuou a evoluir depois do ano 2000, atingindo um faturamento superior a 18 bilhões de dólares em 2005 e a marca de 100 mil empregos em 2006, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 3

Crescimento do Pólo Industrial de Manaus – 2000-2005

Ano	Empresas	Empregos	Faturamento (em US\$ 1.00)
2000	418	50.005	10.392.605.880
2001	462	54.759	9.130.863.524
2002	471	57.812	9.109.766.463
2003	484	64.591	10.531.230.294
2004	593	79.381	13.961.237.993
2005	621	88.959	18.964.109.111

Fonte: Suframa, 2006.

Os números gerados pelo Pólo Industrial de Manaus (PIM) mostram um lado econômico importante, que muitas vezes esconde a dura realidade de uma cidade que atinge 1,7 milhões de habitantes em 2006 e que tem ampliado seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, num modelo de ocupação mista, entre as intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e as ocupações espontâneas (invasões). A malha urbana se expandiu para longe das margens do rio Negro, espatramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste, com a predominância das ocupações espontâneas conhecidas como “invasões”, e no sentido oeste com a predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão.

De certo modo essa espacialidade retoma o período da borracha, em que a cidade se dividiu entre áreas cujas construções obedeciam a

certo planejamento urbano e outras que foram sendo formadas de modo espontâneo, sem respeitar critérios preestabelecidos. A implantação da Zona Franca em 1967 torna esse processo mais agudo, tendo sido ocupadas as áreas marginais de menor interesse para o capital imobiliário, entre elas as margens dos igarapés. Nesse sentido, as áreas periféricas às margens dos igarapés foram se constituindo alternativas para as populações mais pobres que continuavam chegando à cidade. Paralelamente, foram construídos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, quase todos destinados a populações de maior poder aquisitivo ou, pelo menos, com rendimento fixo.

Apesar do número de ocupações espontâneas que surgem todos os anos na cidade, as estimativas de déficit habitacional fornecidas pela Secretaria de Terras do Governo do Estado foram da ordem de 63 mil moradias para 2005. Em 1999, estimava-se que o número de domicílios existentes nos leitos dos igarapés para serem removidos (excluindo-se os das margens) era de 2.728 (PMM/Defesa Civil, 1999). A estimativa da população que mora em áreas de influência dos igarapés é de 400 mil pessoas (Governo do Estado/Seinf, 2004). Esses dados, embora oficiais, podem ser subestimados, visto que a última contagem da população às margens dos igarapés foi feita em 1980 pela Comissão de Desenvolvimento do Amazonas (Codeama, 1980). Pelo fato de as casas serem construídas uma junto a outra, sem espaço para arruamento, é muito difícil reconhecer o número real de habitações construídas às margens dos igarapés.

O processo de ocupação dessas áreas continuou de forma intensa nas últimas décadas, ocorrendo maior adensamento de casas. Aplicando-se a taxa de crescimento da população no período intercensitário (64,10%) sobre os dados obtidos em 1980 (12 mil domicílios e cálculo de população de 64.320 habitantes), estima-se que nas áreas de igarapés, em 1991, moravam aproximadamente 105.549 pessoas, e em 2000, 117.918 ou 8,4% da população da cidade, segundo este último censo (Oliveira et al., 2006).

Para além do déficit habitacional, boa parte dos bairros da cidade é o resultado de ocupações urbanas. No período de 2002 a 2004, surgiram em Manaus 54 novas ocupações e desse total 40 se consolidaram, transformando-se em bairros carentes de infra-estrutura urbana de toda ordem. Em decorrência, o número de bairros, reconhecidos ou não pela Prefeitura quase dobrou a partir de 2002, passando de 60 para 110.

Outro fator importante na paisagem urbana de Manaus são os conjuntos habitacionais construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação. Os primeiros datam de antes da implantação da Zona Franca de Manaus. São os conjuntos habitacionais dos bairros Raiz e Flores, construídos com a finalidade de abrigar os moradores retirados da Cidade Flutuante, onde viviam em, aproximadamente, 700 moradias localizadas no Rio Negro, em frente à cidade de Manaus. A Cidade Flutuante foi destruída pelo poder público em 1965 (Salazar, 1985, p. 204). A criação desses dois conjuntos já demarca os novos acontecimentos que atingem a Amazônia, e principalmente Manaus, a partir do governo militar de 1964.

Portanto, as "invasões", as ocupações às margens dos igarapés e os conjuntos habitacionais populares constituem fatores determinantes da expansão da malha urbana da cidade, sobretudo a partir dos anos 70. Os principais igarapés da cidade passam por vigoroso processo de transformação. No Igarapé do Mindu, localizado na área norte da cidade, há intensa especulação imobiliária decorrente da verticalização, sobretudo entre as ruas Paraíba e Constantino Nery e no eixo entre o Boulevard Álvaro Maia e a rua Efigênio Sales, seguindo a rua Darcy Vargas e estendendo-se para a área da Ponta Negra. Já no Igarapé do Quarenta, situado na parte sul da cidade, a transformação é de outra ordem. O Governo do Estado está executando o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), que demandará recursos no montante de US\$ 200 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, parte financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que aprovou, em 30 de novembro de 2005, um contrato de empréstimo no valor de US\$ 140 milhões de dólares.



Tais ações visam fazer frente ao crescimento da população de Manaus, que acompanha a tendência de crescimento populacional das demais cidades da Região Norte do Brasil. O crescimento demográfico das cidades capitais da Amazônia representa as diferentes fases e formas de dependência da região em relação aos centros hegemônicos.

Considerando-se a dinâmica populacional do Estado do Amazonas nos últimos 40 anos, pode-se observar a tendência à concentração da população na cidade de Manaus e a diminuição da população no interior. Em 1991, quase a metade da população de todo o Estado, 48,09% reside em Manaus, o que não se altera no Censo de 2000, tampouco nas estimativas de 2005, em torno de 50,88%, como se constata na tabela a seguir.

**Tabela 4**

**População do Amazonas e Manaus [1950 a 2005]**

Ano	População		
	Estado	Capital	Manaus/Estado [%]
1950	514.099	139.620	27,16
1960	708.459	173.703	24,52
1970	955.203	311.622	32,62
1980	1.430.528	633.383	44,28
1991	2.103.243	1.011.501	48,09
1996*	2.389.279	1.157.357	48,44
2000	2.812.557	1.405.835	49,98
2005**	3.232.330	1.644.690	50,88

Fonte: Censos do IBGE.

\*Contagem da população; \*\*Estimativa.

O aumento da população na cidade corresponde à necessidade da oferta de equipamentos e de infra-estrutura urbana, à qual, quase sempre, o poder público não é capaz de atender por falta de recursos

e/ou inadequação na escolha das prioridades. Dentre outros problemas ditos urbanos, o problema da moradia foi o mais afetado. A moradia não pode ser explicada isoladamente, visto que nela se concentra um conjunto de contradições, dentre as quais destacamos o fato de a moradia não poder ser fracionada, isto é “não é possível pedir um pedaço de casa para morar, um banheiro para tomar banho, um tanque para lavar roupa, uma cama para dormir um pouco” (Rodrigues, 1988, p. 14-15). Não se pode morar apenas um dia, da mesma forma que não se pode morar em lugares sem transporte, trabalho e equipamentos como escola, hospital, sem falar em áreas de lazer.

Neste sentido, as áreas periféricas e as margens dos igarapés foram se constituindo na alternativa para as populações mais pobres que iam chegando à cidade. A categoria área periférica não se restringe à dimensão espacial, distância, mas à dimensão socioespacial, caracterizada especialmente pela ausência do estado e carência de cidadania, de saneamento básico e por predominantemente concentrar a maioria da população mais pobre. Neste sentido, pode-se utilizar a expressão de Milton Santos de que “a periferia está no centro e o centro está na periferia”. Não se considera periferia, por exemplo, os condomínios de alto padrão, bem atendidos de serviços públicos, mesmo quando estão localizados em áreas distantes, do mesmo modo que não se pode considerar como áreas centrais os fundos de vales e as margens dos igarapés do centro da cidade, ocupados por palafitas.

A paisagem de Manaus comporta as contradições inerentes aos pujantes índices econômicos gerados pelo PIM e os níveis de periferização da cidade e mostra que a cidade cresce numa relação inversa à sua capacidade de absorver os contingentes populacionais que atraiu. Os vários indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Atlas de Manaus não deixam dúvida disso.

A renda familiar per capita, que de certo modo influencia diretamente outros indicadores, mostra o Município de Manaus, que é do ponto de vista demográfico a cidade de Manaus por concentrar 99,1% da população, classificado na 864ª posição entre todos os



municípios brasileiros com R\$ 262,40, havendo Unidades de Desenvolvimento Humana (UDHs) com renda familiar média de R\$ 86.

Os dados relativos à distribuição de renda apresentam contradições ainda piores. Enquanto os 20% mais pobres ficam com 1,6 da renda gerada, os 20% mais ricos ficam com 68% e, o que é pior, os 10% mais ricos se apropriam de 52% da renda, ou seja, de mais da metade. “Essa forma completamente distorcida de apropriação da renda pode ser evidenciada nas UDHs por meio de outros indicadores, como a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e de indigência” (Atlas Municipal, 2006). Os números só confirmam o que a paisagem urbana explícita na precariedade das moradias e na ausência ou inadequação dos serviços urbanos.

Tais contradições resultam de ações e omissões que se desenrolam no lugar, porém cada vez mais estranhas a ele, daí ser necessário distinguir entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Fazer essa distinção, segundo Milton Santos, torna-se fundamental para a compreensão da produção do espaço contemporâneo, pois muitas das ações que se desenrolam no lugar são produzidas por necessidades alheias. “A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor” (Santos, 1997, p. 65).

### A cidade da esperança

As cidades no geral, e Manaus em particular, não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida, os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo.

Para compreender esse processo, é preciso considerar a paisagem urbana de Manaus para além do aparente. A complexidade contemporânea

não permite compreendê-la apenas relacionando-a à crise, emergida nos diagnósticos das carências e nas contradições de um modelo excludente, mas também como virtualidades, como possibilidades.

Por isso, é necessária a superação de formas simplistas de interpretações e de intervenções, reconhecendo que estas práticas são engendradas a partir de condições objetivas e estão mediadas pelas contradições e conflitos da sociedade. É preciso apontar para outra visão de cidade que não seja apenas naturalizar o que é social e conhecer suas características imanentes, considerando social o que é natural. Ora, esse equívoco foi o que norteou o modo de intervenção na Amazônia, que predomina até hoje, aí incluída as várias políticas urbanas adotadas na cidade de Manaus. Tal intervenção leva à adoção de estratégias para a resolução de questões que, na maioria dos casos, não são as mesmas das populações locais. Concebida dessa forma, a política de Estado ou de governo define, orienta e estabelece mecanismos operativos para a cidade, fincados em estratégias que visam ao crescimento econômico, mas não contribuem para o desenvolvimento de sua população, pois desrespeitam a história local, as potencialidades do lugar e, especialmente para uma cidade como Manaus, não levam em conta as coisas da natureza e principalmente a cultura dos manauaras.

As novas ações postas para a cidade de Manaus devem levar em conta a perversidade das desigualdades sociais, que se concretizam em desigualdades espaciais, numa cidade com precários serviços urbanos, cujo resultado é uma cidade não-cidadã. As ações públicas e privadas, coletivas ou individuais, deveriam contribuir para superar a visão funcional e caricatural de que Manaus tem um parque industrial pujante, e isso basta. Manaus é muito mais do que isso; e, apesar das contradições, das desigualdades e dos conflitos, é, em todos os cantos, um lugar de encantos. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando o aparente, para circunscrever-se em sentimentos e emoções.

As ações deveriam buscar as condições da urbanidade, o que significa articular as políticas públicas, visando remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só em termos de funcionalidade da

produção e da circulação, mas como lugar das pessoas. É preciso criar tempos e espaços para a vida em toda sua dimensão. Isso passa pelo resgate da cidadania, que exige a concretude de uma vida decente, que pressupõe o crescimento econômico com desenvolvimento.

#### Considerações finais

Este é um texto sem conclusão. O único ponto a destacar é que a espacialidade de Manaus, do forte à Metrópole Regional, não coincide com o inventário dos objetos no espaço nem no discurso sobre sua representação. Nesse sentido, pode-se concluir que a espacialidade oculta as conseqüências, o que indica o entendimento da cidade não apenas como área a ser conhecida, mas como conhecimento do lugar, capaz de revelar formas e conteúdos espaciais que se transformam e/ou permanecem.

Significa sustentar que compreender Manaus é muito mais do que analisar sua forma. Significa compreender a vida das pessoas simples, de onde brotam dimensões de espacialidades que quase sempre são desconsideradas, pois estão transmutadas de coisas simples que freqüentemente estão por aí. Neste sentido, chama-se a atenção para o fato de que, além das formas da Manaus de todos os tempos, há homens e mulheres para os quais a história e a geografia são feitas e não esperadas. Há outro jeito de fazer que precisa ser valorizado. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos.

#### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 18-45, out. 1953.
- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

AMAZONAS. Governo do Estado. Codeama. *Perfil urbano de Manaus*. Manaus, 1980. Relatório Técnico.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. *Defesa Civil: ocupação de risco*. Manaus, 1999. Relatório.

AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Terras e Estrutura Fundiária. *Mapa da ocupação urbana de Manaus*. Manaus, 2004. Relatório.

AMAZONAS. Governo do Estado. Seplan. *Desenvolvimento Humano em Manaus – Atlas Municipal*. 2006. Volume I

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. (1. ed. 1863).

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BURNS, E. Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Edição do Governo do Estado, 1966.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

FILGUEIRAS, Aldísio. *Manaus, as muitas cidades*. Manaus: Edições do Autor, 1994.

HÉBETTE, Jean. Grandes Projetos e transformações na fronteira. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 5, n. 15, p. 78-85, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. (Coleção. Documentos Brasileiros).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl>. Acesso em: 24 março 2006.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. SEC e Edua, 2001. (1. ed. 1869)

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A de. *Migrações para Manaus*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

MENEZES, Aprígio Martins. História do Amazonas. Manaus, *Almanack*, 1896. *Boletim de Pesquisa do Cedeam*, Manaus, v. 4, n. 7, p. 1985. (Edição fac-símile)

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura – 1890-1910*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

MOREIRA NETO, Carlos Araujo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, [s/d]. p. 13-42.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Edua, Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de et al. *Geoprocessamento e análise sócio-ambiental da microbacia urbana na cidade de Manaus*. Manaus: Ufam/CNPq, 2005. Relatório de Pesquisa.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PINTO, Renan Freitas. *Como se produzem as Zonas Francas*. Texto apresentado no Seminário Amazônia sob a Divisão Internacional do Trabalho, Belém, 1986. Não publicado.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto.

*A Igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 2000. p. 27-51.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringa e o seringueiro*. 2. ed. Manaus: Universidade do Amazonas, Governo do Estado do Amazonas, 1997. (1. ed. 1934)

\_\_\_\_\_. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (1. ed. 1931)

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988.

SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos desertados*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Humanidades, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Odete Carvalho Lima. *São Paulo e os "signos da modernidade": a questão da segurança privada*. Trabalho apresentado no II Seminário Latino Americano de Geografia Crítica. Buenos Aires, 1990.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Edua, 1996.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 1989.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 1995.

SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*. Manaus, 2005. Disponível em: [www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br). Acesso em: 13 agosto 2006.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazônica do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938.



A história do pensamento social brasileiro é marcada pelo tenso reconhecimento dos limites da modernidade e da modernização. Essa tensão, ao refletir as condições de construção desse pensamento, freqüentemente se manifesta por meio do mapeamento de distâncias relativas entre as fontes de inspiração teórica e os fatos (fatalidade) da condição periférica. Particularmente nossa urbanização apresenta processos de elevada heterogeneidade na produção de nossas cidades, constituindo um lugar especial para refletirmos sobre as possibilidades de o saber teórico dar conta dessa natureza heterogênea. Pesquisadores de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Manaus e Salvador lançam olhares, a partir de suas vivências profissionais, sobre fenômenos urbanos à sua volta. Assim, o presente livro reúne artigos que contribuem para elucidar os processos urbanos que se somam à grande heterogeneidade de nossa experiência com a questão.

**NUNES, Brasilmar Ferreira (O  
Sociologia de capitais brasi**



000000714